

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ.

REF.: PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

PROCESSO N. 0001092-93.2025.5.22.0003

EXEQUENTE: SILMARA ALMEIDA DE SOUSA

EXCUTADOS: AÇAI HOME DELIVERY LTDA. E GABRIEL DOS SANTOS E SILVA

SILMARA ALMEIDA DE SOUSA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, e **AÇAI HOME DELIVERY LTDA. E GABRIEL DOS SANTOS E SILVA**, também devidamente qualificados, vêm conjuntamente à presença de Vossa Excelência requerer, para que surta os efeitos da Lei, a homologação do presente **ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES**, nos moldes a seguir estabelecidos:

Cláusula 01 – Do Valor do Acordo

As partes, visando pôr fim à presente demanda, ajustam o pagamento do valor **líquido de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais)** em favor da Reclamante.

Além disso, os Reclamados pagarão ao patrono da Reclamante a quantia de **R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)**, a título de honorários advocatícios sucumbenciais, na forma indicada nas cláusulas seguintes, em atenção ao valor constante na planilha de cálculos de Id nº 5e14a23.

Cláusula 02 – Da Forma de Pagamento do Principal

Os Reclamados pagarão à Reclamante, os valores descritos na cláusula 01, **mediante o pagamento de uma ENTRADA no valor de R\$ 3.090,00 (três mil e noventa reais)**, a ser paga **até 10/05/2026**, bem como **06 PARCELAS mensais no valor de R\$ 1.201,67 (um mil duzentos e um reais e sessenta e sete centavos) cada.**

A primeira parcela vencerá em **10/07/2026** e as demais em até 30 (trinta) dias após o pagamento da anterior, **até a sua quitação integral em 10/12/2026.**

Cláusula – 03 – Do Recolhimento do FGTS remanescente

Em estrita observância ao **Tema nº 68 do C. TST**, que fixou a tese de que *"nas reclamações trabalhistas, os valores relativos aos recolhimentos do FGTS e da respectiva indenização de 40% devem ser depositados na conta vinculada, e não pagos diretamente ao trabalhador"*, quando do pagamento da última parcela do acordo, os Reclamados deverão efetuar o depósito do montante de R\$ 92,07 (noventa e dois reais e sete centavos) diretamente na conta vinculada do FGTS da Reclamante.

O valor remanescente da referida parcela, correspondente a **R\$ 1.109,60 (um mil cento e nove reais e sessenta centavos)**, deverá ser pago na conta bancária indicada na cláusula própria.

Cláusula 04 – Dos Honorários Contratuais

A Reclamante, desde já, AUTORIZA EXPRESSAMENTE, nos termos do contrato de honorários advocatícios firmado e ora anexado aos autos, que o valor correspondente à entrada prevista na Cláusula 02, equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total que lhe é devido no presente acordo, seja pago diretamente na conta bancária de seu patrono, a título de honorários advocatícios contratuais, dando-se plena e geral quitação quanto a essa parcela.

O pagamento realizado diretamente ao patrono será considerado válido para fins de quitação da obrigação assumida pelos Reclamados.

Cláusula 05 – Dos Dados Bancários da Reclamante

Os valores destinados à Reclamante (**SILMARA ALMEIDA DE SOUSA**), **excluída a parcela correspondente aos honorários contratuais acima autorizados**, deverão ser pago em **conta da sua titularidade** no Banco Inter (077), agência 0001, Conta nº 51368374-7, CPF: 074.355.463-99, ou através da Chave Pix: georgianasantos355@gmail.com (e-mail).

Cláusula 06 – Dos Honorários Sucumbenciais

O montante de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), correspondente aos honorários advocatícios sucumbenciais do patrono da Reclamante, será pago integralmente na segunda parcela do acordo, com vencimento em 10/06/2026.

O montante de **R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)**, correspondente aos **honorários advocatícios sucumbenciais** do patrono da Reclamante, será pago **integralmente na segunda parcela do acordo**, com vencimento até o dia **10/06/2026**.

Cláusula 07 – Dos Dados Bancários do Patrono

Tanto os valores relativos aos **honorários advocatícios contratuais**, conforme autorizado na Cláusula 04, quanto os **honorários advocatícios sucumbenciais** previstos na Cláusula 06 deverão ser pagos exclusivamente em conta de titularidade do patrono da Reclamante, Dr. **João Pedro Pereira dos Santos**, no banco Caixa Econômica Federal, agência 2004, Conta Poupança nº 780681636-5 (operação 1288), ou através da Chave Pix: 86998035440 (celular).

Cláusula 08 – Da Discriminação das Parcelas

O valor acertado na Cláusula 01 se refere aos seguintes direitos:

- a) R\$ 2.200,00 a título de honorários advocatícios sucumbenciais;
- b) R\$ 2.000,00 a título de aviso prévio indenizado;
- c) R\$ 4.800,00 a título de férias indenizadas acrescidas do terço constitucional;
- d) R\$ 2.000,00 a título de multa do art. 477 da CLT;
- e) R\$ 1.407,93 a título de indenização pela supressão do intervalo intrajornada, nos termos do art. 71, §4º, da CLT;
- f) R\$ 92,07 a título de indenização correspondente ao FGTS.

As partes reconhecem que as parcelas acima possuem, em sua maioria, natureza indenizatória, razão pela qual requerem a homologação do presente acordo com o reconhecimento de tal natureza jurídica, para fins de incidência de eventuais contribuições previdenciárias e fiscais, na forma da legislação aplicável.

Cláusula 09 – Das Obrigações de Fazer

Os Reclamados se comprometem a:

- a) Proceder à **anotação da CTPS da Reclamante**, com admissão em **01/02/2023** e saída em **14/03/2025**; e
- b) Fornecer as **guias para habilitação no seguro-desemprego**, no prazo de **10 (dez) dias**;

Nos termos da **ata de audiência de ID nº 1a8ed6d**, ficou expressamente consignado que:

A presente ata possui força de MANDADO JUDICIAL perante a CEF, SINE e demais órgãos competentes, observados os critérios legais, para habilitação do seguro-desemprego, suprindo, inclusive, a inexistência do TRCT, do comprovante de levantamento do FGTS e das guias CD/SD.

Assim, requer-se:

a) Que o presente acordo **reitere expressamente a força de alvará judicial** para habilitação da Reclamante no seguro-desemprego;

b) Caso haja **inadimplemento ou inércia dos Reclamados**, requer seja deferida a **conversão da obrigação em indenização substitutiva do seguro-desemprego**, pelo período legal devido.

Cláusula 10 – Da Multa por Inadimplemento

No caso de inadimplemento por parte dos Reclamados, será imposta a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre as parcelas vincendas, sem prejuízo da execução integral do acordo.

Cláusula 11 – Da Quitação

A Reclamante, ante o recebimento integral das verbas ora ajustadas, confere aos Reclamados plena, geral e irrevogável quitação quanto aos valores objeto da presente demanda, bem como em relação ao contrato de trabalho havido entre as partes, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for.

Cláusula 12 – Das Contribuições Previdenciárias

Considerando a natureza jurídica das parcelas discriminadas na Cláusula 08, bem como o disposto na Portaria MF nº 582/2013, as partes requerem a dispensa do recolhimento das contribuições previdenciárias, tendo em vista que eventual valor devido será inferior ao limite mínimo para execução pela União.

Cláusula 13 – Das Custas Processuais

As partes, considerando o valor do acordo e a intenção de promover a solução consensual do litígio, requerem a isenção das custas processuais.

Subsidiariamente, caso não seja esse o entendimento de V. Exa., requerem que as custas sejam rateadas em partes iguais entre os

transigentes, nos termos do art. 789, §3º, da CLT, ficando a parte da Reclamante dispensada em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Cláusula 14 – Da Homologação

Estando as partes de pleno acordo, requerem a homologação do presente ajuste, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Termos em que
Pedem e aguardam deferimento.

Teresina (PI), 24 de abril de 2026.

SILMARA ALMEIDA DE SOUSA

Reclamante

JOÃO PEDRO PEREIRA DOS SANTOS

Advogado da Reclamante
OAB/PI nº 22.165

AÇAI HOME DELIVERY LTDA.

(Representante)

Reclamado

GABRIEL DOS SANTOS E SILVA

Reclamado

OSCAR LUCAS MONTEIRO ARAUJO

Advogado dos Reclamados
OAB/PI nº 17.199